# O "VERDE BANDEIRA" DAS ELEIÇÕES MUNICIPAIS DE 2024: A QUESTÃO AMBIENTAL NAS PROPOSTAS DE GOVERNO

JEFFERSON VIEIRA DE GÓES[1];

[1]*PPGA-CEPEAD/UFMG, Rede TraMa – jeffvieiragoes@gmail.com*

**Resumo**

A "crise ecológica" atua como manifestação da lógica destrutiva do capital, sendo cooptada pelas necessidades do modo de produção capitalista sob o verniz da "economia verde" na esfera da política institucional. Diante desse cenário, o objetivo deste artigo é analisar o perfil e as propostas ambientais das candidaturas municipais nas eleições brasileiras de 2024, apreendendo como as pautas prioritárias se subordinam à reprodução do modo de produção capitalista. Para tanto, realizou-se uma pesquisa documental a partir de 908 registros extraídos da plataforma "Vote pelo Clima". A análise quantitativa e a coocorrência de pautas evidenciaram um perfil político marcado pela branquitude, heteronormatividade e elevado grau de instrução formal, concentrado no Sudeste e no Sul. Além disso, identificou-se a consolidação de dois eixos programáticos. O primeiro, "Direito à cidade e Transporte", prioriza a circulação de mercadorias (incluindo a força de trabalho) e a diminuição do tempo de rotação do capital. O segundo, "Educação climática e Gestão de resíduos", individualiza os efeitos destrutivos do capital sobre o meio ambiente e transfere a responsabilidade para a esfera da reprodução social da classe trabalhadora. Conclui-se que, reduzida a um "verde bandeira" da política institucional, a agenda ambiental eleitoral desconsidera o trabalho como mediação ontológica na reprodução de valores de uso, mantendo a relação humano-natureza subordinada ao processo de valorização do capital, carecendo de um horizonte emancipatório.

**Palavras-chave**: Eleições municipais; Direito à cidade; Mobilidade urbana; Educação ambiental; Capitalismo.

## INTRODUÇÃO

A compreensão das contradições ecológicas contemporâneas exige uma análise estruturada sobre os fundamentos objetivos que regem a reprodução da vida. Partindo da crítica da economia política, o trabalho configura um processo entre os seres humanos e a natureza, no qual as regularidades naturais possuem primazia. Constituindo uma relação sociometabólica, a humanidade regula e controla de modo intencional o seu autodesenvolvimento, organizando a apropriação da natureza em função estrita da satisfação de suas necessidades vitais (Marx, 2013). Desse modo, compreende-se que "o trabalho não é a fonte de toda riqueza. A natureza é a fonte dos valores de uso [...] tanto quanto o é o trabalho, que é apenas a exteriorização de uma força natural" (Marx, 2012, p. 23). Contudo, há relações intrínsecas e indissociáveis estabelecidas historicamente entre o modo de produção capitalista e a natureza, da qual são extraídos os recursos demandados, transformando o próprio mundo natural em mercadoria para garantir o ciclo de circulação e reprodução do capital (Bello; Dalla Santa, 2017). Subsumido ao processo de valorização do valor, esse metabolismo engendra o que Foster (2005) conceitua como uma "falha metabólica", caracterizando uma

violação estrutural das condições de sustentabilidade da vida. Em virtude disso, a crise ecológica atua como uma das principais manifestações da lógica destrutiva do capital (Maia; Azevedo; Araújo, 2018). Com efeito, a destruição da natureza avança apesar da formulação de agendas estatais e da emergência de ramos produtivos atrelados à sustentabilidade (como o setor de transportes elétricos), evidenciando que a inovação tecnológica e a assimilação de métricas socioambientais pela gestão corporativa mantêm intactas as bases da exploração capitalista.

Diante do agravamento dos efeitos socioambientais do modo de produção capitalista se ergue a "economia verde". Cornetta (2025) destaca que essa formulação impõe uma dicotomia entre os impactos e a conservação, possibilitando a criação de novas mercadorias sob a forma de serviços ambientais, sem romper com as determinações capitalistas. Fomentada por políticas públicas de desenvolvimento, essa transição viabiliza a comercialização de "licenças para poluir", a exemplo do Sistema Brasileiro de Comércio de Emissões de Gases de Efeito Estufa (SBCE), permitindo que corporações adquiram créditos compensatórios e perpetuem as suas emissões regulares (Cornetta, 2025). Simultaneamente à regulação mercantil, surgem mecanismos ideológicos, como a pegada ecológica, que mascara a insustentabilidade inerente ao capital por meio da individualização da culpa, transferindo a responsabilidade para o indivíduo desprovido dos meios objetivos para transformar a realidade (Bertazi; Colacios, 2023). Para garantir a legitimação desses mecanismos, impõe-se a mediação do Estado, por exemplo, via disputas eleitorais, em que a pauta ambiental é convertida em propostas que se tornarão referência para formulação de futuras políticas públicas.

Diante desse cenário, o artigo tem por objetivo **analisar o perfil e as propostas ecológicas de candidaturas municipais nas eleições brasileiras de 2024, apreendendo como a questão ambiental se subordina à reprodução do modo de produção capitalista**. Para tanto, realizou-se uma pesquisa documental na plataforma "Vote pelo Clima"[1], iniciativa que buscou reunir as candidaturas comprometidas com o enfrentamento das mudanças climáticas e com a justiça climática. Das 1.591 candidaturas inscritas na plataforma, 908 perfis (entre prefeituras e vereanças) estavam disponíveis para a construção do *corpus*. A partir da análise de incidência e coocorrência das propostas, a investigação identificou dois eixos programáticos: a) Direito à cidade e Transporte; e b) Educação climática e Gestão de resíduos, que evidenciaram a submissão da circulação e da reprodução da força de trabalho ao capital, mediada pela questão ambiental.

Além desta introdução e do percurso metodológico, a exposição dos resultados apresenta o perfil e as propostas das candidaturas e os eixos programáticos, seguidos pelas considerações finais.

## PERCURSO METODOLÓGICO

A investigação caracteriza-se como pesquisa documental (Sá-Silva; Almeida; Guindani, 2009), sendo o *corpus* constituído pelos registros extraídos da plataforma "Vote pelo Clima". Desenvolvida pelo Instituto Clima de Eleição e pela organização Nossas, a base de dados agregou proposições de candidaturas ao pleito municipal brasileiro de 2024. De um universo de 1.591 perfis (divulgado pela plataforma), apenas 908 registros estavam acessíveis

[1] Vote pelo Clima. Plataforma de engajamento e conexão de candidaturas climáticas. Disponível em: https://votepeloclima.org/. Acesso em: 25 maio 2026.

publicamente em dezembro de 2024, compreendendo 66 candidaturas às Prefeituras e 842 às Câmara Municipais, divididas entre 841 mandatos individuais e 67 coletivos.

Para a caracterização das candidaturas, foram identificadas seis variáveis: identificação de gênero, identificação racial, orientação sexual, nível de escolaridade, distribuição macrorregional e organização partidária (esta última agrupada conforme as federações partidárias registradas no TSE[2]). Como a plataforma não possibilitava exportar as informações consolidadas, a extração foi feita perfil por perfil, resultando em um banco de dados próprio. A análise foi executada com o suporte do software Google Sheets empregando estatística descritiva para a apuração das frequências absolutas e relativas.

Além dos dados sociodemográficos, macrorregionais e político-partidários, foram registradas as propostas das candidaturas. A plataforma permitia a seleção de até três pautas prioritárias entre 13 opções predefinidas (Quadro 1), com a possibilidade de inserir um texto com o limite de 200 caracteres para detalhar cada escolha. Do total esperado de 2.724 propostas, 62 registros nulos foram descartados, resultando em 2.662 registros válidos, os quais foram submetidos à estatística descritiva para o cálculo das frequências. Embora os textos complementares das propostas tenham sido extraídos um a um, a análise imanente (Chasin, 2009) desse corpus será feita em etapas subsequentes da pesquisa.

**Quadro 1:** Codificação das categorias de propostas

| Nome da proposta original | Rótulo |
|---|---|
| Adaptação e redução de desastres | Desastres |
| Alimentos saudáveis | Alimentos |
| Direito à cidade | Dir. Cidade |
| Economia verde | Econ. Verde |
| Educação climática | Ed. Climática |
| Enfrentamento ao racismo ambiental | Racismo Amb. |
| Gestão de resíduos | Resíduos |
| Moradia digna | Moradia |
| Pessoas afetadas por desastres | Afetados Des. |
| Povos e comunidades tradicionais | Povos Trad. |
| Proteção de animais | Proteção Animal |
| Transição energética justa | Trans. Energética |
| Transporte e mobilidade | Transporte |

**Fonte:** Vote pelo clima (2024). **Elaboração:** Autores (2026).

Vale destacar que os dados produzidos indicam alguns elementos da aparência do fenômeno pois não foram considerados, por exemplo, aspectos que condicionam as frequências calculadas como o planejamento de divulgação da plataforma, a desigualdade no acesso à internet e ferramentas digitais e a própria composição total das candidaturas (incluindo as que não preencheram a plataforma). Mesmo com essas restrições, o

[2]Brasil. Tribunal Superior Eleitoral. Federações registradas no TSE. Brasília: TSE, 2026. Disponível em: https://www.tse.jus.br/partidos/federacoes-registradas-no-tse. Acesso em: 20 maio 2026.

levantamento quantitativo possui uma função prática e necessária, pois revela aspectos das frações de classe que têm assumido o discurso ecológico, contribuindo com a crítica imanente do conteúdo das propostas.

Nesse sentido, a análise de incidência e coocorrência das propostas revelou a consolidação de dois eixos programáticos (Dir. Cidade-Transporte e Ed. Climática-Resíduos), evidenciando a submissão da circulação e da reprodução da força de trabalho sob o modo de produção capitalista mediada pela questão ambiental. Para facilitar a leitura dos resultados apresentados nas seções subsequentes, as 13 categorias originais receberam rótulos curtos, conforme sistematizado no Quadro 1.

Após a exposição do percurso metodológico, a seguir serão apresentados os resultados organizados em duas subseções: i) o perfil e as propostas das candidaturas; e ii) os eixos programáticos.

## RESULTADOS

### O perfil e as propostas das candidaturas

O panorama inicial apresentado na Tabela 1 evidencia uma distribuição desigual da pauta ecológica, a qual, em sua tentativa de institucionalização por via eleitoral, concentra-se em frações de classe e recortes geográficos específicos, determinando sua expressão político-partidária.

**Tabela 1:** Perfil sociodemográfico, regional e político-partidário das candidaturas (2024)

| Variáveis | Frequência Absoluta (n) | Frequência Relativa (%) |
|---|---|---|
| **Identificação de gênero** | | |
| Homem cis | 430 | 47,4% |
| Mulher cis | 421 | 46,4% |
| Sem identificação individual | 42 | 4,6% |
| Identidades trans e não binárias | 15 | 1,7% |
| **Identificação racial** | | |
| Branca | 503 | 55,4% |
| Parda | 177 | 19,5% |
| Preta | 167 | 18,4% |
| Indígena | 30 | 3,3% |
| Não declarada | 25 | 2,8% |
| Amarela | 6 | 0,7% |
| **Orientação sexual** | | |
| Heterossexual | 592 | 65,2% |
| Não declarada | 131 | 14,4% |
| Bissexual | 90 | 9,9% |
| Homossexual (inclui gay e lésbica) | 85 | 9,4% |
| Outras orientações não heteronormativas (pansexual, | 10 | 1,1% |

| Variáveis | Frequência Absoluta (n) | Frequência Relativa (%) |
|---|---|---|
| assexual, queer) | | |
| **Nível de escolaridade** | | |
| Ensino Superior Completo | 253 | 27,9% |
| Pós-graduação (Completa e Incompleta) | 219 | 24,1% |
| Mestrado (Completo e Incompleto) | 152 | 16,7% |
| Ensino Superior Incompleto | 109 | 12,0% |
| Doutorado (Completo e Incompleto) | 103 | 11,3% |
| Educação Básica e Profissional (Fundamental, Médio e Técnico) | 66 | 7,3% |
| Não declarada | 6 | 0,7% |
| **Distribuição macrorregional** | | |
| Sudeste | 518 | 57,0% |
| Sul | 154 | 17,0% |
| Nordeste | 103 | 11,3% |
| Norte | 79 | 8,7% |
| Centro-Oeste | 54 | 5,9% |
| **Organização partidária** | | |
| Federação Brasil da Esperança (PT, PCDOB, PV) | 318 | 35,0% |
| Federação PSOL REDE (PSOL, REDE) | 304 | 33,5% |
| Outras siglas não federadas (AVANTE, UP, PODE, Agir, PSTU, Republicanos, PL, NOVO, PCB, PRTB, DC, PMB, PTB) | 71 | 7,8% |
| PSB | 65 | 7,2% |
| PDT | 45 | 5,0% |
| Federação União Progressista (UNIÃO, PP) | 25 | 2,8% |
| PSD | 25 | 2,8% |
| MDB | 21 | 2,3% |
| Federação PSDB Cidadania (PSDB, CIDADANIA) | 20 | 2,2% |
| Federação Renovação Solidária (PRD, SOLIDARIEDADE) | 14 | 1,5% |
| **Total** | **908** | **100,0%** |

**Fonte:** Vote pelo clima (2024). **Elaboração:** Autores (2026).

Sob a perspectiva sociodemográfica, constata-se o equilíbrio na identificação de gênero entre homens cis (47,4%) e mulheres cis (46,4%), acompanhado pela predominância da orientação heterossexual (65,2%) e da autodeclaração branca (55,4%), além da desproporção no nível de escolaridade. Embora a legislação eleitoral exija apenas a alfabetização como pré-requisito para a ocupação de cargos municipais, as candidaturas com ensino superior completo (27,9%) e com formações de pós-graduação [especializações (24,1%), mestrado (16,7%) e doutorado (11,3%)] somam 80% dos registros válidos. Acerca da distribuição macrorregional, a maior incidência localiza-se nas regiões de maior densidade

urbana e industrial, principalmente no Sudeste (57,0%) e no Sul (17,0%). No âmbito político-partidário, há o predomínio das frações da social-democracia e da centro-esquerda, com mais de dois terços do total de registros associados à Federação Brasil da Esperança (PT, PCdoB e PV) ou à Federação PSOL REDE, em oposição à baixa adesão dos partidos tradicionais de centro e de direita.

A articulação destes indicadores aponta para um perfil político que mesmo aliado à questão ambiental no nível municipal é marcado pela branquitude, pela heteronormatividade e pelo elevado nível de instrução formal, e centrado nas regiões mais industrializadas do país. Essa configuração, aliada ao interesse de partidos da social-democracia e da centro-esquerda, desvela os limites impostos pela luta de classes e pelas contradições do Estado burguês. Além de evidenciar a sub-representação de povos e comunidades tradicionais, a exemplo de quilombolas, indígenas e ribeirinhos, os quais possuem outros paradigmas cosmológicos de relação com a natureza.

A distribuição das propostas selecionadas pelas candidaturas (Tabela 2) indica que as quatro proposições prioritárias concentram-se em “direito à cidade” (15,1%), “transporte e mobilidade” (13,4%), “educação climática” (13,2%) e “gestão de resíduos” (12,6%), que somam mais da metade das escolhas.

**Tabela 2:** Distribuição das propostas

| Proposta | Frequência absoluta (n) | Frequência relativa (%) |
|---|---|---|
| Dir. Cidade | 410 | 15,1% |
| Transporte | 364 | 13,4% |
| Ed. climática | 359 | 13,2% |
| Resíduos | 342 | 12,6% |
| Alimentos | 225 | 8,3% |
| Moradia | 206 | 7,6% |
| Desastres | 165 | 6,1% |
| Racismo Amb. | 137 | 5,0% |
| Proteção Animal | 134 | 4,9% |
| Econ.Verde | 111 | 4,1% |
| Povos Trad. | 98 | 3,6% |
| Afetados Des. | 65 | 2,4% |
| Nulo | 62 | 2,3% |
| Trans. Energética | 46 | 1,7% |
| **Total** | **2.724** | **100,0%** |

**Fonte:** Vote pelo clima (2024). **Elaboração:** Autores (2026).

Identificadas as quatro propostas de maior incidência, a etapa seguinte dedicou-se a mapear como essas categorias se articulam em cada candidatura (Tabela 3). Para tanto,

adotou-se a análise de coocorrência binária[3], investigando a frequência com que duas pautas aparecem combinadas no mesmo registro. Por exemplo, o percentual de 37,3% para "Transporte e mobilidade" significa que, dentre as 410 candidaturas que escolheram "Direito à cidade", 153 delas também selecionaram essa segunda pauta.

**Tabela 3:** Matriz de coocorrência binária das propostas prioritárias

| Proposta | Direito à Cidade (n / %) | Transporte e Mobilidade (n / %) | Educação Climática (n / %) | Gestão de Resíduos (n / %) |
|---|---|---|---|---|
| Dir. Cidade | 410 / 100,0% | 153 / 42,0% | 121 / 33,7% | 132 / 38,6% |
| Transporte | 153 / 37,3% | 364 / 100,0% | 86 / 23,9% | 99 / 28,9% |
| Resíduos | 132 / 32,2% | 99 / 27,2% | 120 / 33,4% | 342 / 100,0% |
| Ed. climática | 121 / 29,5% | 86 / 23,6% | 359 / 100,0% | 120 / 35,1% |
| Alimentos | 86 / 21,0% | 60 / 16,5% | 69 / 19,2% | 78 / 22,8% |
| Moradia | 71 / 17,3% | 99 / 27,2% | 54 / 15,0% | 47 / 13,7% |
| Desastres | 68 / 16,6% | 51 / 14,0% | 51 / 14,2% | 48 / 14,0% |
| Racismo Amb. | 46 / 11,2% | 44 / 12,1% | 33 / 9,2% | 29 / 8,5% |
| Proteção Animal | 31 / 7,6% | 30 / 8,2% | 54 / 15,0% | 47 / 13,7% |
| Econ. Verde | 30 / 7,3% | 28 / 7,7% | 38 / 10,6% | 37 / 10,8% |
| Afetados Des. | 23 / 5,6% | 21 / 5,8% | 21 / 5,8% | 9 / 2,6% |
| Povos Trad. | 23 / 5,6% | 25 / 6,9% | 34 / 9,5% | 17 / 5,0% |
| Nulo | 16 / 3,9% | 16 / 4,4% | 18 / 5,0% | 6 / 1,8% |
| Trans. Energética | 16 / 3,9% | 13 / 3,6% | 16 / 4,5% | 14 / 4,1% |

**Fonte:** Vote pelo clima (2024). **Elaboração:** Autores (2026).
**Nota 1:** n refere-se à frequência absoluta e % indica a frequência relativa
**Nota 2:** Os percentuais refletem a incidência da pauta em relação ao total da coluna. A soma supera 100% porque as categorias não são excludentes, refletindo a seleção de múltiplas propostas pela mesma candidatura.

A partir da coocorrência entre as quatro propostas prioritárias, configuram-se dois eixos programáticos: a) Direito à cidade e Transporte; e b) Educação climática e Gestão de resíduos. Na sequência, apresentam-se as primeiras apreensões sobre a articulação dos eixos com a questão ambiental e o que evidenciam sobre a dinâmica de acumulação do capital. Trata-se, portanto, de uma reflexão que não busca esgotar o debate.

## Os eixos programáticos: primeiras apreensões

Sobre o eixo Direito à Cidade e Transporte, a plataforma "Vote pelo Clima" considera o seguinte programa: (i) mais áreas verdes e parques públicos; (ii) menos ilhas de calor; (iii) segurança pública e bem-estar urbano; (iv) cidades mais sustentáveis e inclusivas; (v)

[3] A exclusão das combinações simultâneas entre três das quatro propostas prioritárias busca evitar a dispersão quantitativa da amostra revelando a estruturação primária dos eixos programáticos.

transporte coletivo gratuito e de qualidade; (vi) modais com menos emissões; e (vii) mobilidade ativa. Compreender as contradições dessas demandas pressupõe entender a cidade como a organização socioespacial do capitalismo, um espaço voltado à recriação de subjetividades a partir das condições objetivas de vida ali impostas (Bello; Dalla Santa, 2017). Na particularidade da formação espacial brasileira, a marginalização constitui um elemento determinante, resultante da conversão da população negra outrora escravizada em classe trabalhadora "livre". Expropriada de seus meios de subsistência, restou-lhe ocupar desordenadamente o espaço urbano em habitações precárias, enquanto o planejamento do desenvolvimento das cidades seguia direcionado pela elite burguesa nacional (Lopes, 2019).

Com o avanço da urbanização e a complexificação da vida nas cidades, a mobilidade urbana consolidou-se como uma pauta da política institucional brasileira, assim como a saúde e a educação (Leitão; Ferreira Jr; Costa, 2024). Esse processo visa organizar as formas de ocupação do espaço urbano pela classe trabalhadora, a exemplo da transferência de parcelas dessa população das zonas centrais para as periferias por meio do incentivo à construção de moradias populares. No setor de transportes brasileiro, apresenta-se a seguinte configuração: o capital privado explora a operação rentável das frotas, enquanto o Estado assume as despesas com a infraestrutura de vias e terminais (Leitão; Ferreira Jr; Costa, 2024). Nesse sentido, embora o discurso oficial sugira que a expansão da mobilidade promove a diminuição das desigualdades espaciais sofridas pelos trabalhadores (Leitão; Ferreira Jr; Costa, 2024), o seu funcionamento efetivo é orquestrado pela dinâmica das taxas de lucro das empresas.

No modo de produção capitalista, a gestão dos transportes (seja pública ou privada) para além das promessas de "garantia do direito de ir e vir" e "modernização urbana", é um instrumento de organização e barateamento da circulação da força de trabalho, mercadoria fundamental para que a valorização do capital prossiga sem rupturas no âmbito urbano. A acumulação exige o constante deslocamento das mercadorias, convertendo a distância entre a produção e o mercado em uma barreira espacial a ser superada (Marx, 2014). Uma vez que nas cidades, a força de trabalho necessita ser transportada das margens segregadas até os centros de exploração, se constitui como imperativo o "aperfeiçoamento dos meios de comunicação e de transporte [para abreviar] o período de migração das mercadorias em termos absolutos" (Marx, 2014, p. 344). Ao acelerar a rotação do capital e minimizar o tempo de circulação, esse processo viabiliza a realização mais rápida do valor e a concentração de capital (Marx, 2014), subordinando as demandas ambientais às necessidades imediatas de circulação. Assim, a mobilidade urbana obedece às premissas da circulação mercantil e consolida o domínio corporativo sobre a organização da cidade.

Se o eixo Direito à Cidade e Transporte teve como foco o movimento de circulação de mercadorias, o eixo Educação climática e Gestão de resíduos mantém relação com o primeiro, refletindo e reforçando a ênfase na distribuição de mercadorias, pessoas e dinheiro, descolando-se da esfera da produção (e de seus efeitos no metabolismo socioambiental). Sobre esse eixo, a plataforma "Vote pelo Clima" define como agenda: (i) o ensino sobre meio ambiente e mudanças climáticas nas escolas; (ii) a formação profissional para empregos verdes; (iii) a formação de agentes populares para gestão do risco climático; (iv) a compostagem de resíduos orgânicos; (v) o estímulo à economia circular; (vi) a ampliação das iniciativas de catadores e catadoras de materiais recicláveis; e (vii) o uso de materiais biodegradáveis. Constata-se, portanto, a individualização da questão ambiental, que é "lançada nos ombros" dos trabalhadores e trabalhadoras, transformando os desdobramentos do modo de exploração capitalista da natureza em um resultado do modo como a classe trabalhadora se reproduz.

Nessa conjuntura, a Educação ambiental (EA) tradicional opera frequentemente a partir de uma lógica paliativa e prescritiva, reduzindo a questão ecológica à instrumentalização da natureza e atendendo aos imperativos neoliberais (Bertazi; Colacios, 2023). Nesse cenário, o preceito de sustentabilidade atua como um instrumento de conservação da sociabilidade vigente uma vez que "a EA tradicional parece não indicar nada além do conformismo e da fé cega na tecnologia" (Bertazi; Colacios, 2023).

Paralelamente à instrumentalização da EA pelo capital, o modo de produção vigente impulsiona a obsolescência programada, fabricando mercadorias destinadas à rápida substituição, ampliando o volume do lixo e dificultando o seu gerenciamento (Maia; Azevedo; Araújo, 2018). Nesse contexto, o trabalho precarizado dos catadores e catadoras de materiais recicláveis assume papel central, seja pela limpeza das cidades, seja pelo abastecimento de indústrias de ponta, por meio, por exemplo, da recuperação de minerais críticos. Diante da irracionalidade desse desperdício planejado, a gestão burguesa aciona um mecanismo de externalização, deslocando a responsabilidade pelos danos produtivos para os consumidores (Bertazi; Colacios, 2023). Consequentemente, o controle ambiental é transferido do âmbito da produção para a esfera da circulação, elegendo o consumidor "verde" como uma suposta força reguladora do mercado, evidenciando que a aliança entre reciclagem e tecnologia limpa constitui um artifício ideológico voltado a legitimar o modo de produção capitalista (Bello; Dalla Santa, 2017).

Em última análise, essa transposição da responsabilidade reflete-se no próprio perfil das candidaturas (Tabela 4).

**Tabela 4:** Comparativo de gênero e orientação sexual das candidaturas por eixo programático

| Variável | Cidade-Transporte (n / %) | Educação climática-Resíduos (n / %) |
|---|---|---|
| **Identificação de gênero** | | |
| Homem cis | 89 / 58,2% | 54 / 45,0% |
| Mulher cis | 54 / 35,3% | 61 / 50,8% |
| **Orientação Sexual** | | |
| Heterossexual | 90 / 58,8% | 96 / 80,0% |
| Não declarada | 25 / 16,3% | 11 / 9,2% |
| Homossexual | 21 / 13,7% | 6 / 5,0% |
| Bissexual | 16 / 10,5% | 6 / 5,0% |
| **Total** | **153** | **120** |

**Fonte:** Vote pelo clima (2024). **Elaboração:** Autores (2026).
**Nota 1:** n refere-se à frequência absoluta e % indica a frequência relativa

Considerando o eixo Educação climática e Gestão de resíduos enquanto uma expressão das condições da reprodução da força de trabalho, não surpreende que a maioria das candidaturas desse grupo seja de mulheres cis (50,8%), divergindo do eixo Direito à cidade e Transporte, no qual a predominância é de homens cis (58,2%). Visto que a reprodução social da classe trabalhadora tem como ideária a família burguesa como unidade social primária, a presença de subjetividades que valorizam valores conservadores se expressa na predominância heterossexual (80%). Essa dinâmica indica que as pautas ligadas ao cotidiano,

ao cuidado com o meio ambiente e à economia circular possuem uma correlação direta com a presença de mulheres na política, sugerindo que a divisão sexual do trabalho, presente na sociedade, projeta-se nas propostas programáticas.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante da subsunção da "crise ecológica" às necessidades de reprodução do capital, esta investigação analisou 908 candidaturas disponíveis na plataforma "Vote pelo Clima" para as eleições municipais de 2024. A partir desse *corpus*, constatou-se a configuração de um perfil político marcado pela branquitude, heteronormatividade e elevado nível de instrução formal, concentrado nas regiões mais industrializadas do país. Além disso, a análise quantitativa e a coocorrência de pautas permitiram a identificação de quatro proposições prioritárias: "Direito à cidade", "Transporte e mobilidade", "Educação climática" e "Gestão de resíduos" que, ao serem articuladas, configuraram dois eixos programáticos: "Direito à cidade e Transporte" e "Educação climática e Gestão de resíduos", os quais apontam elementos sobre como a questão ambiental, expressa pelas agendas políticas, é cooptada pelas necessidades do modo de produção capitalista.

Enquanto o primeiro eixo prioriza a circulação de mercadorias e a diminuição do tempo de rotação, o segundo eixo transforma a questão ambiental em um resultado direto do modo como a classe trabalhadora se reproduz, sendo a responsabilidade "lançada nos ombros" dos trabalhadores e trabalhadoras. A partir da articulação desses elementos, mesmo sob promessas de "salvar o planeta" ou "adiar sua destruição", conclui-se que a agenda ambiental eleitoral desconsidera o trabalho como mediação sociometabólica essencial, carecendo de um horizonte emancipatório.

A continuidade desta investigação será pautada na análise imanente das propostas prioritárias, aprofundando a crítica sobre como a lógica do capital coopta a questão ambiental. Pesquisas futuras poderão se debruçar sobre o conteúdo das categorias, abrangendo tanto as de teor evidentemente desenvolvimentista (como "Economia verde" e "Transição energética") quanto as agendas de reparação e proteção de identidades e territórios (tais como "Enfrentamento ao racismo ambiental", "Povos e comunidades tradicionais" e "Pessoas afetadas por desastres").

## REFERÊNCIAS

Bello, E.; Dalla Santa, A. A. W. Capitalismo verde e crítica anticapitalista: "proteção ambiental" no Brasil. **Revista Jurídica**, Curitiba, v. 3, n. 48, p. 118-146, 2017.

Bertazi, M. H.; Colacios, R. D. Educação ambiental nas lareiras do capital: uma crítica à agenda neoliberal. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 48, e123264, 2023.

Chasin, J. **Marx**: estatuto ontológico e resolução metodológica. São Paulo: Boitempo, 2009.

Cornetta, A. **"Crise ambiental" e os negócios do clima**: uma perspectiva crítica-popular. São Paulo: Expressão Popular, 2025.

Foster, J. B. **A ecologia de Marx**: materialismo e natureza. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

Lopes, A. K. S. Emancipação política e a luta pelo direito à cidade. **Revista Katálysis**, Florianópolis, v. 22, n. 1, p. 191-200, 2019.

Maia, A. L. A.; Azevedo, E. B. de; Araújo, N. M. S. A questão ambiental no capitalismo: o destino dos resíduos sólidos na gestão pública do meio ambiente. **Revista Libertas**, Juiz de Fora, v. 18, n. 2, p. 19-32, ago./dez. 2018.

Marx, K. **Crítica do Programa de Gotha**. Tradução, seleção e notas de Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2012.

_____. **O capital**: crítica da economia política. Livro I: O processo de produção do capital. SP: Boitempo, 2013.

_____. **O capital**: o processo de circulação do capital. Livro II: O processo de circulação do capital. SP: Boitempo, 2014.

Sá-Silva, J. R.; Almeida, C. D. de; Guindani, J. F. Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas. **Revista Brasileira de História & Ciências Sociais**, ano 1, n. 1, p. 1-15, jul. 2009.